

## A CRISE ESTRUTURAL E RECONFIGURAÇÃO DO CAPITALISMO GLOBAL<sup>i</sup>

FRANCISCO LUIZ CORSI<sup>ii</sup>

---

**Resumo:** Desde agosto de 2007, o capitalismo global vive uma crise estrutural de grandes proporções, cuja causa imediata foi o estouro da bolha de títulos imobiliários nos EUA. O estouro da bolha se alastrou rapidamente para o sistema financeiro e para a economia em escala mundial. O epicentro irradiador da crise é o próprio coração do sistema e não mais a periferia, como nos anos 1990. A forte queda do movimento especulativo com ações na Nasdaq, em 2000, foi o primeiro prenúncio de que a crise sistêmica tinha alcançado o núcleo do capitalismo. Embora o contexto histórico seja bem diverso, o desenrolar da crise atual guarda certas semelhanças com a de 1929, que foi, pouco a pouco, se agravando e atingiu o auge em 1932 e 1933. Contudo, a atual crise de sobreacumulação de capital não repete as que a antecederam. Cada uma tem suas próprias e múltiplas determinações. Porém, como no passado, o capitalismo, tudo indica, reagirá à crise se reestruturando.

**Abstract:** Since august 2007, the global capitalism lives a major proportion structural crisis, which immediate cause was the USA's real estate bubble crack. The crack of the bubble spread fast to the financial system and to the world wide scale economy. The crisis' irradiator epicenter is the system's heart itself, and no more the periphery as in the nineties. The strong fall of the Nasdaq speculative stock movement in 2000, was the first presage that the system crisis had reach the capitalism's core. Although the historical context is quite different, the development of the present crisis keeps certain similarities to the 1929 crisis, which was, little by little, becoming worse and reached it's apex in 1932 and 1933. Nevertheless, the present capital super accumulation crisis do not repeat it's predecessors. Each one has it's own and multiple determinations. However, it seems that the capitalism, as in the past, will react to the crisis restructuring itself.

---

Desde agosto de 2007, o capitalismo global vive uma crise estrutural de grandes proporções, cuja causa imediata foi o estouro da bolha de títulos imobiliários nos EUA. O estouro da bolha se alastrou rapidamente para o sistema financeiro e para a economia em escala mundial. O epicentro irradiador da crise é o próprio coração do sistema e não mais a periferia, como nos anos 1990. A forte queda do movimento especulativo com ações na Nasdaq, em 2000, foi o primeiro prenúncio de que a crise sistêmica tinha alcançado o núcleo do capitalismo. Embora o contexto histórico seja bem diverso, o desenrolar da crise atual guarda certas semelhanças com a de 1929, que foi, pouco a pouco, se agravando e atingiu o auge em 1932 e 1933. Contudo, a atual crise de sobreacumulação de capital não repete as que a antecederam. Cada uma tem suas próprias e múltiplas determinações. Porém, como no passado, o capitalismo, tudo indica, reagirá à crise se reestruturando.

A bolha especulativa foi gerada a partir da emissão de enorme volume de títulos imobiliários norte-americanos. O mercado imobiliário norte-americano sofreu forte expansão desde meados da década de 1990. Essa expansão acelerou-se a partir de 2001 com base em taxas de juros relativamente baixas. Os preços dos imóveis aumentaram

persistentemente até meados de 2006, quando passaram a cair. Entre 2001 e 2006, o montante médio anual de novas operações foi de cerca de US\$ 3 trilhões. Em 2001, foram aprovados US\$ 2.405 trilhões de financiamentos imobiliários, sendo que desse montante US\$ 190 bilhões (8,6% do total) representavam títulos *subprimes*. Cinco anos depois, o montante de financiamento atingiu US\$ 3.580 trilhões, sendo US\$ 600 bilhões em títulos *subprimes* (20,1% do total). 80,5% destes títulos foram securitizados. Em 2006 já existiam evidências de graves problemas no setor de financiamento imobiliário, dado os altos índices de inadimplência. O aumento da oferta de imóveis levou a queda dos preços, que exacerbou a inadimplência e gerou a crise<sup>1</sup>. A exacerbação da inadimplência evidenciou

---

<sup>1</sup> Cada vez mais tomadores de hipotecas imobiliárias ficaram em situação difícil, pois os empréstimos eram tomados a juros flutuantes, que variavam ao longo do contrato. Alguns contratos estabeleciam períodos de carência e outras prestações inicialmente mais baixas, que aumentavam depois de determinado período de tempo. Muitos devedores, quando se viam diante de prestações mais altas, contornavam a situação tomando novas hipotecas com base na elevação dos preços dos imóveis, com as quais saudavam as hipotecas anteriores e voltavam a pagar prestações mais baixas por um novo período. Também incrementavam o consumo com a diferença entre os recursos obtidos com as novas hipotecas e os pagamentos relativos às velhas. Com o aumento da inadimplência, os bancos retomavam cada vez mais imóveis e os colocavam novamente a venda, o que resultou no

que bancos, fundos de investimento e pensão e companhias de seguros poderiam estar com suas carteiras carregadas de títulos “podres”. A crise aberta em agosto de 2007 foi uma crise anunciada (COSTA, 2007; PINHEIRO, 2007a e b; BELLUZZO, 2007; CHESNAIS, 2008; BORÇA JR. e TORRES FILHO, 2008).

Existem hoje nos EUA cerca de 12 trilhões de dólares em empréstimos imobiliários, sendo parte considerável desse montante constituída de títulos de solvência duvidosa. Para fugir do risco, os bancos e as instituições de crédito imobiliário norte-americanas securitizaram esses títulos. Os títulos hipotecários foram agrupados com outros títulos de dívidas (cartão de crédito, crédito automotivo etc.), compondo novos títulos com variados graus de risco. Dessa forma, buscava-se dissolver o risco. Esses títulos foram tomados como base para o lançamento de derivativos, que foram vendidos para outros bancos e para os fundos de investimentos pelo mundo todo. Muitas dessas instituições, que adquiriram esses derivativos, utilizaram esses títulos como garantia de outros créditos e de empréstimos que serviam para alavancar aplicações em mercados de ações, moedas e títulos. Formou-se uma cadeia de especulação com base em papéis insolventes<sup>2</sup>. É possível dizer, dado o processo acima descrito, que dezenas de trilhões de dólares em diferentes tipos títulos e ações, que expressam o capital fictício e encontram-se espalhadas pelo mundo, estão direta ou indiretamente contaminados pelos títulos hipotecários insolventes, o que coloca a possibilidade de colapso de todo o sistema financeiro.

A crise atingiu um estado agudo em setembro e outubro de 2008 a partir da falência do banco de investimentos Lehman Brothers. Não tanto pelo peso que esse banco tinha no sistema financeiro norte-americano ou mundial, mas muito mais pelo efeito simbólico, pois trouxe à luz a situação generalizada de insolvência do sistema financeiro no centro do capitalismo (EUA e Europa). Situação que ainda não foi superada, consistindo em um dos nós górdios da crise. Esse episódio desencadeou uma onda de pânico, que não se converteu em corrida geral contra os bancos em virtude da rápida ação dos bancos centrais dos países desenvolvidos, garantindo os depósitos e

injetando centenas de bilhões de dólares para evitar o colapso da liquidez do sistema financeiro<sup>3</sup>.

Trilhões de dólares de capital fictício na forma de ações e títulos foram queimados. Subitamente os seus valores despencaram. Estima-se essa soma em cerca de 30 trilhões de dólares desde o início da crise até janeiro de 2009 (DOWBOR, 2009). Essa desvalorização maciça de capital fictício não esvaziou a crise, pois a crise só terminará quando o excesso de capital constante também for desvalorizado ou destruído. Os 4 trilhões despendidos pelos governos dos países desenvolvidos com o intento de salvar os especuladores e o sistema são claramente insuficientes. Recursos que deixaram, pelo menos em parte, de ser aplicados em gastos sociais. Continua em curso o desmoronamento da cadeia especulativa formada a partir dos títulos imobiliários norte-americanos, que abarcou as principais praças financeiras do globo, que se expressa, sobretudo, pela quebra e pela fragilização de empresas, fundos

<sup>3</sup> Entre julho de 2007 e março de 2008, os bancos de investimentos dos EUA sofreram perdas de 175 bilhões de dólares em seus patrimônios. Na Inglaterra, a insolvência do Northern Rock, importante banco hipotecário, gerou uma corrida aos bancos, o que obrigou o governo a injetar 60 bilhões de libras no sistema, a declarar que os depósitos estavam garantidos e a estatizar a instituição. Outros governos europeus tiveram que seguir o exemplo britânico nas semanas e meses que se seguiram. No início da crise, os governos dos países mais ricos lançaram pacotes de socorro que totalizaram 390 bilhões de dólares. Em março, o Federal Reserve (FED) concedeu linha de crédito de US\$ 29 bilhões para JP Morgan Chase adquirir o Bear Stearns, que tinha quebrado. Nesse mesmo mês, os bancos centrais da Europa, Japão e EUA injetaram mais 200 bilhões de dólares no sistema para impedir o colapso da liquidez. Em julho de 2008, o governo norte-americano, salvou da falência as agências Fannie Mae e Freddie Mac, que juntas possuíam carteiras imobiliárias da ordem de US\$ 5 trilhões (40% do mercado de hipotecas), injetando US\$ 200 bilhões. Essas agências acabaram sendo estatizadas em setembro, devido a contínua deterioração da situação financeira. Nesse mês, o Lehman Brothers pediu concordata. Em seguida, foi a vez da American Interregional Group (AIG) receber US\$ 85 bilhões para continuar operando e passou a ser controlada pelo governo, que ficou com 80% de suas ações. Logo depois, o JP Morgan e o Bank of America adquiriram, com ajuda do FED, o Washington Mutual e o Meril Lynch respectivamente. Diante do quadro catastrófico, o governo Bush lançou um pacote de emergência de US\$ 700 bilhões para salvar o sistema bancário e para compra de títulos imobiliários ilíquidos. O pacote não foi suficiente para acalmar os mercados. Em janeiro de 2009, o Bank of America precisou de mais 117, 2 bilhões de dólares e Citigroup, após anunciar perdas de 8,29 bilhões, dividiu suas operações em duas. A queda das ações dos bancos norte-americanos e europeus foi generalizada depois dessas notícias. As ações do Barclays, um dos bancos mais afetados da Inglaterra, despencaram 25%. Hoje, o Citi vale 10% de seu valor de um ano atrás. Na Alemanha, vários bancos tiveram que ser socorridos. Estima-se que os bancos alemães tenham cerca de 400 bilhões de dólares em títulos “podres”. Não por acaso acabou de ser aprovada lei que confere poder ao governo alemão de estatizar os bancos. O recém-eleito Barak Obama lançou pacote de estímulo à economia e ajuda aos bancos de 789,5 bilhões de dólares. Inúmeros governos também lançaram amplos programas de obras em infra-estrutura, aumento do salário desemprego e elevação dos gastos sociais na tentativa de deter o progresso da crise. Estima-se que os 21 países mais desenvolvidos do mundo farão um estímulo fiscal da ordem de 2 trilhões de dólares, o que acarretará, sem dúvida, deterioração das contas públicas. Essas iniciativas tornaram letra morta o cânone liberal de auto regulação da economia pelo mercado. Apesar de todas essas iniciativas, a crise não parece amainar, o que levanta dúvidas quanto a eficácia das estratégias keynesinas para “salvar” o capitalismo (BLACKBURN, 2008; BORÇA JR. e TORRES FILHO, 2008; Folha de São Paulo, B7, 18/01/2009 e B4 e B5, 08/02/2009).

incremento da oferta e na queda de preços. A queda de preços inviabilizava a tomada de novas hipotecas e, portanto, levou milhares a situação de inadimplência. Estava quebrado o circuito que sustentava o crescimento do mercado imobiliário e a especulação que o acompanhava (BRENNER, 2006; BORÇA JR. e TORRES FILHO, 2008).

<sup>2</sup> Detalhada descrição dos complexos mecanismos financeiros que criaram uma cadeia especulativa apoiada em títulos de financiamento *subprime* pode ser encontrada em Borça Jr. e Torres Filho (2008) e Freitas e Cintra (2008).

de investimentos e de pensão, companhias de seguros e bancos. O seu desmoronamento levou a crise global de crédito, que atingiu em cheio a produção e o emprego. A falta de liquidez e o enorme peso dos títulos “podres” continuará a deteriorar a situação dos bancos, dos fundos de investimentos, dos fundos de pensão, dos fundos mútuos e das Cias. de seguros, como também do setor produtivo por falta de recursos para capital de giro e investimentos. Além disso, muitas grandes empresas especulam nos mercados de ações, de títulos e de câmbio e têm tido pesadas perdas. Bancos e empresas faliram e continuarão a quebrar. Nos países que estão no epicentro da crise o risco de um colapso do setor financeiro não está descartado. Apesar do relativo deslocamento da valorização do capital fictício da produção de valor, as esferas produtivas e financeiras continuam firmemente articuladas. A crise financeira rapidamente se desdobrou em crise econômica, sobretudo devido à forte redução do crédito<sup>4</sup>. Ao atingir a produção a crise ganha nova dinâmica. As quedas na produção, no emprego e nos investimentos alimentam a crise, que se propaga e se aprofunda. A elevação do desemprego vai alimentar o processo, pois muitos tomadores de empréstimos desempregados não terão condições de honrar suas dívidas e, portanto, a inadimplência aumentará. O aumento da inadimplência de empresas e pessoas físicas reforça a degeneração do sistema financeiro, o que por sua vez acelera a crise na produção. A queda da atividade econômica leva a redução das receitas públicas e pode gerar também

<sup>4</sup> A economia dos EUA começou a desacelerar em 2007, quando o PIB cresceu 2,0% contra 2,8% do ano anterior. Em 2008, o PIB cresceu 1,3%, sendo que o PIB retrocedeu 6,2% no último trimestre em relação ao ano anterior. Estima-se uma retração de 2% em 2009. A zona do Euro, que tinha crescido 2,7% em 2007, cresceu 1,0% em 2008 e a previsão do FMI é que a região tenha uma retração de 2,0% em 2009. O Japão apresentou resultados mais negativos, em virtude, sobretudo, da queda das exportações. Em 2007, cresceu 2,4% e no ano seguinte -0,3%. No último trimestre de 2008, o PIB apresentou uma retração de 12,7%, o pior resultado desde 1974. As previsões não são alentadoras. Estima-se uma retração de 2,6% do PIB em 2009. Os países do Leste europeu também sofrem com a desvalorização acentuada das moedas, a falta de crédito, o incremento da dívida externa, a fuga de capitais e a queda na atividade econômica. Recentemente, Hungria, Letônia e Ucrânia tiveram que pedir socorro ao FMI. O desempenho econômico os países em desenvolvimento da Ásia também se deteriorou. A China cresceu 13,0%, em 2007, e 9%, em 2008. No último trimestre deste ano, o PIB cresceu 6,8%. A Índia cresceu, em 2008, 7,3%, contra 9,3% no ano anterior. No geral, os países em desenvolvimento da Ásia sofreram uma desaceleração de 2,8% do crescimento do PIB entre 2007 e 2008. A situação deteriorou-se bastante no último trimestre. A Coreia apresentou um crescimento negativo do PIB de 5,6% nesse período e Cingapura -3,7%. A América Latina também sofreu os impactos da crise. Seu PIB, que cresceu 5,7% em 2007, desacelerou e cresceu 4,6%, em 2008. O desemprego cresceu, acompanhando a redução da produção. Estima-se que na China 20 milhões perderam o emprego nos últimos seis meses. O desemprego generalizado acarretará, sem dúvida, uma deterioração dos padrões de vida da classe trabalhadora em escala global e alimentará a própria crise. O comércio mundial cresceu 4,1% em 2008, uma queda de 3,1% em relação ao ano anterior (FMI, 2009; CEPAL, 2009a; FOLHA DE SÃO PAULO, B3, 31/01/09; B4-B5, 25/02/09).

um processo deflacionário, que potencia a circulação cumulativa da crise. O pano de fundo da crise é a sobreacumulação de capital em escala global.

A crise do sistema financeiro e a retração econômica generalizada colocam em questão a solidez das moedas, em particular do dólar, que pode ser crescentemente questionado como moeda chave da economia mundial, embora observemos uma fuga em direção aos títulos do tesouro dos EUA. No curto prazo, a necessidade das empresas, bancos, fundos e especuladores de cobrirem suas posições em dólares levou ao incremento da demanda por essa moeda, o que resultou em sua valorização. Mas o aprofundamento da deterioração da economia, das finanças públicas e das contas externas dos EUA, pode, em médio prazo, exercer pressões sobre a moeda, em um cenário onde os países asiáticos, em especial a China, poderiam preferir desviar seus excedentes para financiar programas anticíclicos, do que deixá-los desvalorizar na forma de dólares acumulados. O financiamento dos desequilíbrios da economia norte-americana poderia, nesse quadro, ficar comprometido. Para defender o dólar, um dos pilares de sua predominância, o governo teria que majorar os juros, bloqueando, ou na melhor das hipóteses retardando, a recuperação da economia norte-americana e dificultando a aplicação de políticas keynesianas. No limite a desvalorização do dólar poderá estilhaçar o padrão monetário internacional e enfraquecer ainda mais a hegemonia norte-americana. Muitos, entre eles Harvey (2009), discutem o fim da hegemonia norte-americana e o surgimento de um novo centro hegemônico no Leste Asiático, embora seja prematuro falar nesses termos. A manutenção da hegemonia das EUA parece depender das respostas que este país dará a crise. Mas como assinala o referido autor, poderemos estar caminhando para um mundo multipolar.

A crise também colocou em questão o neoliberalismo. Governos liberais estatizaram parte do sistema financeiro de seus países. Medidas protecionistas são defendidas e adotadas. Em pouco tempo surgiu um clamor generalizado por mais regulamentação das finanças globalizadas, como se a regulação do capital financeiro associada a políticas keynesianas fossem a solução para todos os males do capitalismo. As instituições multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, tão ativas quando se trata de disciplinar as economias dos países pobres, impondo duras políticas recessivas, estão paralisadas, sem condições e disposição de tentar reverter o quadro. Nesse contexto, abre-se espaço para a regulação dos mercados e para posturas mais nacionalistas.

Vários analistas, entre eles Fiori (2008), assinalam que o “modelo chinês”, estatizador, nacionalista, centralista e planejador tenderá a ganhar terreno.

Os países do Leste asiático, em especial a China, a Índia e a Coreia do Sul, apresentaram acentuado crescimento nas últimas décadas, enquanto o conjunto da economia mundial apresentou uma tendência de baixo crescimento até o início da fase de acelerada expansão em 2003 (CORSI, 2008). O peso desses países na economia mundial tem crescido sistematicamente, sugerindo um gradativo deslocamento do centro do capitalismo para Ásia (ARRIGHI, 199x). Esse processo ficou evidente na recente fase de expansão (2003-2007), quando, diferentemente da fase anterior, observa-se um crescimento econômico concentrado sobretudo nos países em desenvolvimento, em especial na China. Este país tornou-se um dos centros dinâmicos do capitalismo global, embora fortemente articulado a economia norte-americana. A crise ao atingir duramente o centro do sistema pode impulsionar esse deslocamento do centro dinâmico do capitalismo e abrir novas possibilidades de desenvolvimento para a periferia. A compreensão desses processos implica em compreender as outras razões profundas da crise e não apenas as questões relativas à bolha especulativa imobiliária a partir de uma perspectiva histórica.

## O PADRÃO DE ACUMULAÇÃO BASEADO EM BOLHAS ESPECULATIVAS E A NOVA CONFIGURAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL

A crise atual, em parte, decorre de 30 anos de aplicação de políticas neoliberais, em particular da desregulamentação comercial e financeira das economias nacionais. Essa política expressa os interesses do capital financeiro e dos grandes oligopólios, que dominam a economia mundial. O modelo de economia neoliberal, calcado sobretudo na idéia de auto-regulação da economia pelo mercado, que saturou a academia, a mídia etc., entrou, tudo indica, em declínio. Entretanto, a crise não pode ser creditada apenas ao neoliberalismo. Ela resulta também de contradições mais profundas do capitalismo. Resulta, sobretudo, do predomínio do capital financeiro e de suas formas de valorização, em particular das bolhas especulativas. A própria hegemonia neoliberal só pode ser entendida no interior da proeminência do capital financeiro desde a década de 1980. Para entendermos a crise atual em suas múltiplas determinações é necessário retroceder a crise dos

anos 1970 e a reestruturação do capitalismo que a seguiu.

A crise de superprodução dos anos 1970, embora de forma muito desigual, abriu uma fase de baixo crescimento na economia mundial que se estendeu até 2003<sup>5</sup>. A crise estava articulada a evidente dificuldade do padrão monetário internacional estabelecido em Bretton Woods se sustentar em virtude, entre outros aspectos, dos crescentes problemas da própria economia norte-americana, em especial da sua perda de competitividade ante a economia japonesa e alemã. A crise do padrão monetário, que estabelecia uma paridade entre o dólar e o ouro, criou as condições para o chamado padrão dólar-flexível, importante elemento para a reafirmação da hegemonia dos EUA e o predomínio do capital financeiro.

Todavia, as causas da crise de superprodução não podem ser reduzidas às fraquezas da economia dos EUA e do padrão monetário internacional e a acirrada concorrência intercapitalistas, embora esses sejam elementos de grande importância. Uma das principais razões do esgotamento da fase de expansão acelerada 1945-1973 foi a persistente elevação dos salários, fruto de

<sup>5</sup> A economia mundial apresentou um baixo crescimento a partir da segunda metade da década de 1970, que se estendeu até 2003, em decorrência sobretudo da crise de superprodução aberta em 1974, que tornou-se crônica (BRENNER, 2003; CHESNAIS, 1996). Nesse período, verifica-se também o fim da tendência à convergência dos níveis de desenvolvimento presente entre 1950 e 1975 no plano mundial e a retomada da velha tendência de desenvolvimento desigual (CHESNAIS, 2006). O G7 (grupo dos sete países mais ricos), na década de 1980, cresceu 3,0% a.a. e na seguinte 2,4% a a., enquanto que entre 1960 e 1969 cresceu 5,1% a a. (BRENNER, 2003, p. 93). A Ásia foi uma exceção, cresceu mais na década de 1990 (7,3% a a) do que entre 1958 e 1973 (5,8% a a), cabendo destacar a China e a Índia, que cresceram em média por ano respectivamente, na década de 1990, 10,5% a a e 5,5% a a. O Japão entrou em uma fase de estagnação, cresceu em média por ano 1,3% nesse último período, depois de ter sido o campeão do crescimento econômico na fase anterior. As demais regiões também apresentaram nítida tendência ao baixo crescimento. A Europa Ocidental cresceu, nos anos 1990, 2,0% a a., enquanto que entre 1958 e 1973 o crescimento médio do PIB tinha sido de 4,9% a a. Na Europa Central e Oriental, a situação foi mais dramática depois da dissolução da URSS. A região apresentou crescimento negativo de 3,2% entre 1991 e 2000, enquanto que no período 1958-1973 tinha crescido 4,5% a a. Na Oceania também observamos tendência ao baixo crescimento, com uma média anual de 3,2% a a entre 1991-2000. A situação da África também não foge ao quadro geral; o crescimento médio anual do PIB alcançou a cifra de 2,9% nos anos 1990, contra um crescimento médio de 4,7% no período 1958-1973 (GONÇALVES, 2002, p. 111). O PIB latino-americano cresceu em média 5,5% por ano na década de 1960 e 5,6% na década seguinte. Entre 1981 e 1990, esse incremento foi de 0,9%. Entre 1990 e 1997, o crescimento médio anual do PIB foi de 3,3% (CANO, 1999, p. 294-311). Porém, a melhora observada na primeira metade da década de 1990 sofreu forte reversão. De 1997 a 2002, quando a economia globalizada entrou em declínio, depois da crise asiática seguida das crises russa, brasileira e Argentina e do lento estouro da bolha especulativa de Wall Street, segundo dados apresentados pela CEPAL, a economia latino-americana encontra-se estagnada. No referido período, o PIB da região cresceu em média 1%, enquanto o crescimento demográfico foi de 1,5%, o que acarretou uma queda do PIB *per capita* de 1,45% no período. O caso mais grave foi o da Argentina, que, entre 1999 e 2002, teve uma retração de cerca de 20% do PIB, de 10,9% só em 2002. Níveis comparáveis aos da Grande Depressão dos anos 1930 (CEPAL, 2003). Entre 1991 e 2003, o crescimento médio anual do PIB da América Latina e do Caribe, segundo Singh (2005), foi de 2,8%.

uma correlação de forças mais favorável a classe trabalhadora. Isso somava-se a existência excessiva de capacidade ociosa em vários setores. O resultado foi a queda da taxa de lucro. O capitalismo reagiu à baixa na taxa de lucro reestruturando-se. A reestruturação do sistema, levada a cabo pelos grandes bancos, pelos fundos de pensão e investimentos, pelas grandes corporações e pelos governos do núcleo orgânico do capitalismo, seguiu 4 linhas mestras, fortemente articuladas entre si.

No núcleo orgânico do sistema, iniciou-se, sob a égide do neoliberalismo, um processo de desmonte do Estado de Bem-estar Social, redirecionaram-se os gastos públicos, até então voltados prioritariamente para área social, para sustentar a valorização do capital financeiro, sobretudo por meio da ampliação da dívida pública. A desregulamentação das economias nacionais foi outra linha de reestruturação. A liberalização dos movimentos de capital só pode ser entendida no bojo do processo de desregulamentação dos sistemas bancários e dos mercados financeiros nacionais, impulsionados pelas políticas neoliberais. Esses processos também estão intimamente vinculados com a crescente internacionalização dos processos produtivos.

Outro processo importante foi a chamada reestruturação produtiva, que teve papel fundamental no enquadramento da classe trabalhadora e, portanto, na recomposição da taxa de lucro. A introdução de novas tecnologias (informática, robótica, biotecnologia, etc.), que poupam trabalho e aumentam a produtividade, e de novas formas de organizar a produção, que implicam processos flexíveis de produção, elevação do desemprego e vínculos variados e relativamente frouxos entre capital e trabalho (trabalho temporário, trabalho parcial, tercerização etc.), foram centrais para fragmentar a classe trabalhadora, enfraquecer os sindicatos, comprimir os salários e precarizar as condições de trabalho em geral. A reestruturação produtiva só foi possível em virtude da elevação do desemprego, da burocratização dos partidos de esquerda e dos sindicatos, da fragmentação da classe trabalhadora, do fracasso do reformismo, da desilusão com o socialismo e do posterior desmoronamento da URSS<sup>6</sup>.

Concomitantemente, o capital buscou, em um contexto de acirrada concorrência, novos espaços de acumulação, onde pudesse contar com mão-de-obra barata e altas taxas de lucro. Essa expansão só foi possível graças à abertura das economias nacionais, à diminuição dos preços de transportes, ao desenvolvimento das comunicações

e do processamento de dados, que permitiram as matrizes dos grupos transnacionais coordenarem e controlar processos globais de produção, cujas fases encontram-se espalhadas geograficamente. Por meio de contratos e subcontratos de empresas em rede as empresas transnacionais disseminaram processos produtivos fragmentados espacialmente, o que foi fundamental para retomada da rentabilidade<sup>7</sup>. Também foi importante a desregulamentação financeira e comercial das economias nacionais e a atuação de organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio, com o objetivo de regular o funcionamento dos mercados, garantir os direitos relativos à propriedade intelectual e a não interferência dos Estados. A mudança da inserção da periferia na economia mundial foi sensível. Em 1960, os manufaturados representavam 7% do total de suas exportações, em 1980, 20% e atualmente cerca de 70% (BASUALDO e ARCO, 2006; CARNEIRO, 2007).

Esse processo levou a realocação regional de vários segmentos produtivos, que incorporou milhões de trabalhadores da Ásia à economia mundial, remunerados com salários diminutos, o que também contribuiu para colocar em xeque as conquistas do movimento operário nos países desenvolvidos. A realocação espacial de segmentos da indústria, em especial no Leste Asiático, induzida pela busca incessante de valorização do capital, contribuiu para abrir uma nova fronteira de acumulação, que ganharia peso crescente na economia mundial e redesenharia espacialmente o capitalismo. Mas isso agravava o problema de excesso de capital. Esse processo também estava determinado pelas transformações internas dos países da região e pelas suas políticas de desenvolvimento. O peso do crescimento acelerado do Leste Asiático, sobretudo o da China, ficaria evidente a partir de 2003, quando a economia mundial retomaria um vigoroso crescimento.

Vários países asiáticos, entre eles a Coreia do Sul e a Índia, mas em particular a China, conseguiram, nesse contexto, ao contrário da América Latina, em virtude de um conjunto de peculiaridades e determinações internas e externas, adotar projetos de desenvolvimento que lhes possibilitou uma inserção ativa no processo de

<sup>7</sup> Os fluxos privados totais (líquido) para os chamados países emergentes foram, em 1990, de US\$ 45,8 bilhões de dólares. Tenderam a subir até 1996, quando atingiram US\$ 224,2 bilhões e caíram após a crise asiática, atingindo a cifra de US\$ 32 bilhões em 2000. Esses fluxos para a América Latina subiram de US\$ 10,3 bilhões, em 1990, para US\$ 68,1 bilhões em 1997, passando a declinar a partir daí. Boa parte desse fluxo era composta por investimentos de porta-fólio, o que indica a vulnerabilidade das economias da região. Em 1996, por exemplo, das entradas líquidas de US\$ 62,8 bilhões, US\$ 38,0 corresponderam a esse tipo de investimento. (CARNEIRO, 2002, p. 247-252).

<sup>6</sup> Desenvolver esse ponto de grande importância fugiria ao escopo do presente capítulo.

mundialização do capital<sup>8</sup>, aproveitando “brechas” na estrutura da economia mundial para se desenvolverem. No entanto, grande parte da periferia não tinha possibilidade de seguir esse caminho. Nesse mesmo período, a América Latina e outras áreas da periferia viveram momentos de grande instabilidade e crise econômica e social, apresentando uma inserção passiva na economia mundial, como o caso do Brasil (GONÇALVES, 2002), o que reafirma o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista.

Alguns países asiáticos vinham passando por um processo de acelerado crescimento desde os anos 1950. Mas esse processo, centrado em estratégias de desenvolvimento voltadas, sobretudo, para as exportações, não parecia sobrepujar a industrialização via substituição de importações, seguida pela América Latina, pelo menos até o início da década de 1980. Os casos do Brasil e da Coreia do Sul, apesar de suas inúmeras peculiaridades, são ilustrativos.

Enquanto o Brasil, que tinha alcançado um patamar de desenvolvimento superior ao coreano, entrou em uma fase de crise e estagnação a partir dos anos 1980, o país asiático conseguiu lograr um salto qualitativo no seu desenvolvimento, que possibilitou uma inserção dinâmica na nova fase de mundialização do capital (COUTINHO, 1999). O governo coreano e as classes dominantes locais souberam aproveitar essas “brechas” abertas na economia mundial que possibilitavam o desenvolvimento de apenas algumas regiões periféricas<sup>9</sup>.

Não obstante as diferenças nacionais, o elevado crescimento dos países em desenvolvimento da Ásia baseava-se, em geral, em projetos de desenvolvimento inspirados no modelo japonês, marcado por ampla ação estatal na economia e estratégias de crescimento voltadas para as exportações. Outros elementos importantes eram

a superexploração da força de trabalho e o uso intenso de modernas tecnologias. Padrão de desenvolvimento que inicialmente abarcou os chamados tigres de primeira geração (Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong) e depois alcançou outros países da região, como Malásia, Tailândia e Indonésia, no que Palma (2004), entre outros, denominou do padrão de desenvolvimento dos “gansos voadores”. Todavia, a experiência chinesa merece algumas qualificações, pois suas especificidades são marcantes, em virtude sobretudo de sua fracassada tentativa de implantar o socialismo e de seguir a partir do final dos anos 1970 uma via própria de desenvolvimento capitalista, que ainda não está concluída e pode sofrer alterações decorrentes da atual crise. A China, que em pouco tempo alcançaria a posição de centro da economia regional, deslocando o Japão dessa posição, vinha implementando, desde a década de 1980, um amplo programa de reformas capitalistas em sua economia, caracterizado, entre outros aspectos, por modernização do setor agrícola, agressiva política exportadora, atração de investimentos e tecnologia estrangeiros, forte concentração da renda, super-exploração da força de trabalho, acentuados desequilíbrios regionais e profunda degradação ambiental.

Segundo Belluzzo (2005, p. 229):

A ação estatal concentrou-se no estímulo à agricultura familiar, em maciços investimentos em infra-estrutura e na utilização das empresas públicas como ‘âncoras’ para a constituição de grandes conglomerados industriais. Tudo isso foi acompanhado de uma cuidadosa transição do sistema de preços da antiga economia de comando para a ‘nova’ economia de mercado.

Essas reformas na China, que levavam sua economia crescer cerca de 10% ao ano desde o início dos anos 1980, estavam transformando-a na economia mais dinâmica do mundo. A China e os outros países do Leste asiático passaram a constituir-se em nova fronteira de expansão capitalista, um espaço aberto para ampla valorização do capital. Nesse momento, contudo, a China não era ainda um pólo de crescimento mundial que viria a ser na virada do milênio, quando o processo cumulativo de crescimento possibilitaria um salto qualitativo de seu peso na economia mundial. Esse processo se deu a partir de certa simbiose com a economia norte-americana, que continuava determinando a dinâmica da economia mundial.

Formou-se, como um dos resultados da reestruturação do capitalismo, um novo pólo dinâmico de acumulação na Ásia, mas ainda subordinado a dinâmica do capital financeiro hegemônico no centro do sistema, como ficaria evidente na crise de 1997. Embora subordinado ao

<sup>8</sup> No escopo do presente artigo não é possível desenvolver esse ponto. A esse respeito ver, entre outros, Fiori (1999) e Corsi (2007).

<sup>9</sup> O relativo sucesso da Coreia, pelo menos até a crise de 1997, em termos de crescimento econômico, capacitação tecnológica, inserção dinâmica na economia mundial, relativa autonomia na definição da política econômica e melhora em alguns indicadores sociais se deve tanto as certas circunstâncias históricas e geopolíticas favoráveis quanto às políticas econômicas adotadas e ao papel do Estado como coordenador e fomentador do desenvolvimento. Esse salto qualitativo foi alcançado ao longo das décadas de 1970 e 1980, antes, portanto, da desregulamentação da economia verificada a partir do início dos anos 1990. A reforma agrária, a reforma educacional, os pesados investimentos em educação e pesquisa tecnológica, a posição estratégica na Guerra Fria, que garantiu a ajuda e o acesso privilegiado ao mercado norte-americano, os fortes vínculos com a economia japonesa em termos de créditos e fornecimento de tecnologia, particularmente na crucial década de 1980, a constituição de grandes grupos nacionais de porte global, as políticas de incentivo às exportações, o fato do processo de industrialização ter iniciado quando da reorganização da economia mundial no pós-guerra e a ação do Estado como demiurgo do desenvolvimento constituem, uns mais outros menos, nas determinações que explicam o fato da Coreia ter aproveitado a “brecha” histórica aberta na economia mundial.

capital financeiro, esse pólo dinâmico sustentava-se em capitalismo nacionais<sup>10</sup>.

Esse conjunto de processos desencadeados pela crise de superprodução da década de 1970 recompôs a taxa de lucro, que voltou a crescer a partir de meados da década de 1980. Mas a taxa de investimento nos países desenvolvidos, como aponta Chesnais (1998, p.9-18), não acompanhou esse crescimento, o que significa dificuldade crônica de valorização do capital nessa região<sup>11</sup>.

Uma das razões disso está na dificuldade dos países centrais competirem com os do Leste asiático. A pesar da maior exploração da força de trabalho, “a acumulação não produz suficiente capital novo criador de valor e de mais-valia” (CHESNAIS, 1998, p. 9)<sup>12</sup>. O ritmo lento da acumulação no centro do sistema contribui para gerar um excedente de capital na forma dinheiro, inflando a esfera financeira, que se deslocou cada vez mais da produção<sup>13</sup>. A constituição de oligopólios internacionais em importantes setores (aprofundando sobremaneira a centralização dos capitais), a abertura das economias nacionais e a formação de amplos mercados regionais também não se mostraram capazes de recolocar a economia mundial no caminho do crescimento acelerado, apesar do crescimento verificado no Leste Asiático. A retomada dos investimentos no início dos anos 1990 em algumas regiões, devido sobretudo ao incremento da concorrência intercapitalista, sustentou a acumulação, mas ampliou a capacidade excedente. A crise de superprodução no setor manufatureiro, que se tornou crônica segundo Chesnais (1998) e Brenner (2003), está na raiz da tendência ao baixo crescimento econômico entre o final da década de 1970 e 2003 e na geração das condições da hegemonia do capital financeiro.

<sup>10</sup> Entendemos por capitalismo nacional o desenvolvimento capitalista controlado por forças políticas internas. Dessa forma, a política econômica é determinada pelos interesses das classes dominantes nacionais. Isto, porém, não significa qualquer forma de isolamento ou hostilidade em relação ao capital estrangeiro, que é bem vindo e considerado importante para financiar, pelo menos em parte, o desenvolvimento, embora a penetração de empresas multinacionais sofra algumas restrições, preferindo-se associações com empresas nacionais públicas ou privadas.

<sup>11</sup> A existência de capital supérfluo, que encontra dificuldade de valorizar-se na produção, gera um excesso de capital na forma dinheiro que busca valorizar-se no mercado financeiro a partir da especulação. Quando o capital fictício se desloca muito das condições reais de valorização mais cedo ou mais tarde esse capital tem que ser desvalorizado para recompor as próprias condições de valorização.

<sup>12</sup> Nos países desenvolvidos, as taxas de lucro caíram de cerca de 17%, no início da década de 1970, para menos de 10% em meados da década seguinte, quando passaram a subir até a segunda metade dos anos 1990, mas sem atingir o patamar anterior a crise. Os investimentos caíram até o início dos anos 1990 e subiram a partir de então. O investimento bruto doméstico nos EUA, entre 1990 e 2004, cresceu de 895 bilhões de dólares para 1,836 trilhão de dólares (CHESNAIS, 1998,17-18; LEIVA, 2005, 64).

<sup>13</sup> Esse processo já podia ser detectado na década de 1980. Segundo Chesnais (1998, p.14), a formação bruta de capital fixo do setor privado dos países da OCDE cresceu em média por ano, entre 1980 e 1992, 2,3% enquanto que os estoques de ativos financeiros 6% no mesmo período.

O capital financeiro, segundo Chesnais (2005), sugaria capital da esfera produtiva para as aplicações financeiras, dificultando dessa maneira a retomada mais vigorosa dos investimentos, apesar das taxas de lucros terem se recuperado a partir de meados dos anos 1980 depois de tenderem a cair desde meados da década anterior. Estaria aí a causa central do lento crescimento. Através do controle acionário, a burguesia, que teria se tornado uma classe rentista e que teria, portanto, passado a apresentar um comportamento patrimonialista, imporia uma “forma radical do direito de propriedade” que submeteria as empresas e os assalariados a lógica de rentabilidade do capital financeiro. A majoração dos dividendos e juros exigida pelo capital portador de juros resultaria na redução dos lucros retidos para financiar os investimentos e levaria a rejeição de projetos que não assegurassem as taxas requeridas pelos acionistas. A tendência a redução dos salários somada à queda dos investimentos levaria ao desempenho sofrível de boa parte da economia mundial (CHESNAIS, 2006, p. 50-58)<sup>14</sup>.

A dominância do capital financeiro gerou uma dinâmica econômica instável e baseada em bolhas especulativas. A postura dos gestores dos fundos de investimento, dos fundos de pensão, das grandes corporações e dos bancos de buscarem resultados de curtíssimo prazo e a qualquer custo é, sem dúvida, um dos elementos importantes que gera instabilidade e exacerba a especulação (CINTRA, 2005). A formação e o estouro de bolhas especulativas têm caracterizado o padrão de acumulação do capitalismo globalizado.

## CRISES, BOLHAS ESPECULATIVAS E PERIFERIA

A instabilidade da economia mundial na fase de predomínio do capital financeiro está intimamente vinculada às bolhas especulativas (BRENNER, 2003 e 2006). Entre 1990 e 2007, tanto os momentos de expansão quanto os de retração estiveram determinados pela formação e pelos estouros de bolhas especulativas. Nesse

<sup>14</sup> Chesnais (2005, p. 58) assinala: “Boa parte da explicação desse resultados [o lento crescimento global desigual] encontra-se do lado da repartição, em suas duas determinações – divisão entre salários e lucros, e no interior dos lucros, entre a parte não distribuída e reinvestida e a parte distribuída em juros, dividendos e ‘restituição do valor’ para os acionistas, notadamente pela recompra de ações. O investimento é a variável determinante do crescimento no longo prazo. No setor privado, ele é financiado pelos lucros retidos. A taxa de lucro necessária para a realização das normas do ‘valor por acionista’ conduz à rejeição de todos os projetos de investimento que garantirão a taxa exigida. No momento em que a participação dos salários nos resultados da produção se reduz e a parte os rendimentos reservada aos investimentos também diminui, a taxa de investimento é duplamente atingida – pela desaceleração do consumo dos assalariados e pela reduzida propensão a investir. A taxa de crescimento é lenta e o desemprego aumenta”.

período, foram seis crises: recessão 1990-1991, México-1994, Sudeste Asiático-1997, Rússia/Brasil/Argentina – 1998 e 1999, recessão 2001-2002 e crise da bolha imobiliária 2007.

A instabilidade do novo padrão de acumulação começou a ficar evidente já no final da década de 1980, quando da crise na bolsa de valores de Nova York, em 1987, que se espalhou para as outras bolsas do mundo. Pouco depois, estourou a bolha imobiliária e financeira no Japão, que acarretaria a recessão de 1990-1991 e levaria este país a uma década de estagnação. Os governos dos países desenvolvidos, em particular o dos EUA, reduziram os juros e ampliaram o crédito para enfrentar a situação. A saída para o capital financeiro, em um contexto de baixa remuneração no centro do sistema, foi dirigir-se em massa para a periferia, que passava por um processo de reestruturação de suas dívidas externas e de abertura de suas economias nacionais, comandada por governos que tinham abraçado o Consenso de Washington. Ao mesmo tempo, vários países do Leste Asiático apresentavam elevadas taxas de crescimento. Verificou-se um incremento dos investimentos externos diretos na periferia. Esses capitais também sustentaram sua valorização, em boa medida, especulando com ações, títulos, imóveis e moedas das economias periféricas, que apresentavam taxas de juros superiores as dos países desenvolvidos, decorrentes, muitas vezes, dos planos de estabilização econômica baseados em âncoras cambiais. Também obtiveram enormes ganhos nos processos de privatização das empresas estatais e na compra de empresas privadas.

A intensa entrada de capital financeiro na periferia e a adoção de políticas neoliberais seriam uma das principais causas da crônica instabilidade da região nos anos 1990. Os planos de estabilização calcados em âncoras cambiais logo se mostraram insustentáveis. O primeiro a soçobrar foi o do México, em 1994. A crise estourou quando este país não mais conseguiu financiar seus pesados déficits externos. A forte elevação da taxa de juro não foi suficiente para atrair um fluxo crescente de capitais capaz de fechar as contas externas. O governo mexicano não resistiu à fuga de capitais e a especulação contra o peso e declarou moratória. A crise que se seguiu ameaçava espalhar-se rapidamente para o conjunto do sistema capitalista e só foi contida graças à ação do governo Clinton e do FMI, que socorreram o México com cerca de 30 bilhões de dólares para salvar o capital financeiro do risco de colapso. A crise foi estancada e suas conseqüências mais graves restringiram-se a América Latina. Brasil e Argentina, que também tinham adotado políticas de estabilização calcadas em âncoras cambiais não alteram suas estratégias, o que os levaria a enfrentar profunda crise no final

dos anos 1990. Os custos sociais e econômicos, em termos de desemprego, redução do produto, regressão da estrutura produtiva, queda da renda etc., decorrentes da adoção de políticas neoliberais foram elevados para esses países.

Entretanto, o momento mais agudo da instabilidade sistêmica foi a crise asiática de 1997. Também intimamente vinculada à valorização fictícia do capital e ao aprofundamento da superprodução crônica no setor manufatureiro. Os países em desenvolvimento da Ásia passaram incólumes pelas turbulências decorrentes da crise mexicana e continuaram apresentando acelerado crescimento econômico, beneficiados pelos crescentes déficits externos norte-americanos e pelos robustos fluxos de capitais, atraídos pelo vigoroso crescimento da região, que passou a ser uma nova fronteira de acumulação de capital<sup>15</sup>. A desvalorização do dólar entre 1985 e 1995 beneficiou os países da região, que tinham atrelado suas moedas à norte-americana e com isso ampliaram suas exportações, particularmente para os EUA. Ou seja, observava-se forte articulação entre essas economias e a norte-americana. O Japão também teve papel central para o bom desempenho desses países ao transferir tecnologia e ao intensificar seus investimentos na região, sobretudo na Coreia do Sul e na China. As transferências de tecnologias, os IED e as importações japonesas tornaram o Japão no centro da economia regional (PALMA, 2004).

Nesse contexto, o acirramento da concorrência intercapitalista na região seria um dos fatores fundamentais da crise. A economia japonesa, estagnada em virtude da valorização do yen e do estouro da bolha especulativa com ações e imóveis em 1989 teve um alívio momentâneo com a valorização do dólar a partir de 1995, que decorria, em parte, dos volumosos fluxos de capitais para os EUA, atraídos pelas possibilidades de especulação no mercado de capitais e com títulos da dívida pública, pois estava em curso febril especulação com as ações das empresas da chamada nova economia. As exportações japonesas cresceram e

<sup>15</sup> “Em 1996, o valor (em dólares) das exportações mundiais cresceu 56,7%, nos países desenvolvidos cresceu 46,6%, no Sudeste da Ásia 132,7% e na China 178,0%. No mesmo período, o valor (em dólares) das importações dos países desenvolvidos cresceu 38,6%, no Sudeste da Ásia 130,6% e na China 193,2% [...] Estes dados revelam o rápido aprofundamento da divisão de trabalho entre os países desenvolvidos e a periferia chinesa e do SE asiático. Enquanto os primeiros exportam produtos que incorporam tecnologia de ponta, os últimos vedem produtos industriais ‘maduros’ tecnologicamente, inclusive muitos em que o uso ainda intensivo de mão-de-obra lhes oferece uma vantagem comparativa. Em complemento, um vasto excedente de capitais dirigiu-se àquela parte do mundo, atraída obviamente por um crescimento econômico excepcionalmente vigoroso [...] Em 1990-96, o maior incremento do PIB foi o da China (86,2%), seguido pelo Sudeste da Ásia (42,7%), que contrastam com a expansão muito menor nos países desenvolvidos (10,1% e na América latina 17,2%), sem falar no encolhimento do PIB nas economias em transição da Europa Central e Oriental (-31,7)” (SINGER, 1999, p. 28-29).

estimularam a retomada da atividade econômica. Mas essa retomada impactou negativamente diversas economias em desenvolvimento da região, pois muitas delas tinham atrelado suas moedas ao dólar agora mais valorizado, o que reduziu a competitividade de seus produtos. Passaram a enfrentar crescente competição dos produtos japoneses.

Ao mesmo tempo, esses países eram cada vez mais pressionados pela concorrência dos produtos da China, que tinha desvalorizado o yuan em 50% em 1994 e a partir daí estabilizado o câmbio. O elevado volume de investimento na região, induzido pela abundância de capitais e pela acirrada concorrência, elevou a capacidade produtiva do setor manufaturado em escala mundial, verificando-se ampliação da capacidade ociosa. Em consequência do excesso de oferta, da concorrência acirrada e dos aumentos de produtividade, os preços dos produtos manufaturados caíram 2,6% em 1996 e 7,3% no ano seguinte. Os lucros e o valor das exportações despencaram. A situação das contas externas de vários países asiáticos se deteriorou. Na Coreia os lucros declinaram 75% em 1996 e foram negativos nos dois anos seguintes, com reflexos deletérios para a acumulação de capital (BRENNER, 2003, p. 233-34).

Apesar da deterioração da situação econômica de vários países do Leste Asiático fosse evidente, a região continuou a receber caudaloso fluxo de capitais externos, em especial do Japão, com o objetivo de auferir enormes lucros especulando com ações, imóveis e moedas da região. Esse fluxo de capitais, possibilitado pela desregulamentação dessas economias a partir de finais dos anos 1980, tornou-se paulatinamente vital para o fechamento das contas externas e para a solvência de elevado número de empresas endividadas. No período imediatamente anterior a crise, a economia mundial era impulsionada por duas bolhas especulativas articuladas, uma na Ásia e outra nos EUA (BRENER, 2003).

A crise estourou na Tailândia e propagou-se rapidamente para outros países vizinhos (Malásia, Indonésia e Filipinas), que apresentavam também elevada vulnerabilidade externa. O déficit comercial cada vez mais elevado gerou, como no México, crescentes dificuldades de financiamento dos desequilíbrios externos e forte pressão para a desvalorização da moeda, até então presa ao dólar. Em julho, a situação ficou insustentável e o governo tailandês desvalorizou o bath, desencadeando uma fuga de capitais de curto prazo e o colapso do câmbio do mercado financeiro. A inadimplência generalizada, devido à forte elevação dos custos dos empréstimos, gerou a uma onda de falências dos

bancos<sup>16</sup>. Dada a situação similar de outros países da região e a abertura de suas economias, o contágio foi rápido, a fuga de capitais se generalizou e arrastou um por um para a crise. Logo em seguida a crise atingiu Taiwan, Singapura, Hong Kong e Coreia. A queda da bolsa de Hong Kong, que sofreu forte ataque especulativo, levou a uma queda generalizada das bolsas na região e no mundo, com forte repercussão na América Latina (CHESNAIS, 1998).

A crise mudou de patamar ao atingir a Coreia, país com uma economia industrial sólida e superavitário em termos comerciais. Uma onda de falências atingiu importantes *chaebols* coreanos, que não conseguiram honrar suas dívidas em decorrência do declínio do valor de suas exportações. A crise rapidamente se espalhou. A inadimplência levou os fundos e os bancos a cortar suas aplicações e empréstimos, retirando-se dos mercados em crise.

Os resultados imediatos foram a queda dos preços das ações e fortes pressões para desvalorizar a moeda, alvo de movimento especulativo. Para evitar a fuga de capitais e a desvalorização, o banco central queimou reservas e elevou a taxa de juro, o que atingiu em cheio o setor financeiro e desencadeou um processo de inadimplência no setor, o que por sua vez aprofundou ainda mais a fuga de capitais e o declínio das ações e dos preços dos ativos em geral. A crise do setor financeiro alimentou a crise do setor produtivo (BRENNER, 2003; CHESNAIS, 1998; KRUGMAN 1999).

No final de 1997, estimava-se que as dívidas duvidosas somavam na região cerca de 1 trilhão de dólares, dos quais cerca de 200 bilhões correspondiam às dívidas coreanas. O socorro do FMI e dos bancos internacionais, com um pacote de emergência de cerca de 100 bilhões de dólares, impediu que a crise se alastrasse de modo incontrolável para o resto do sistema. No entanto, a postura do FMI, ao impor medidas fiscais e monetárias restritivas, contribuiu para aprofundar a crise na região, que se estenderia pelos anos seguintes. O preço pago pela Coreia foi alto. O FMI, representando o interesse do capital financeiro, impôs uma ampla abertura à economia, comprometendo a sua experiência de

<sup>16</sup> Inicialmente a entrada de capitais compensou os desequilíbrios nas contas externas. Mas à medida que continuou o processo de deterioração das transações correntes, pressionada crescentemente pela ampliação dos serviços decorrentes da própria entrada de capitais, passou a ser necessário absorver cada vez mais capitais externos. Contudo, chegou-se a um ponto que os investidores passaram a considerar as necessidades de financiamento externo excessivas, o que levou a diminuição da entrada de capitais e depois a sua fuga, caracterizando um ataque especulativo. O governo tailandês buscou reverter à situação injetando recursos das reservas no mercado de câmbio até quase seu esgotamento e elevando desesperadamente a taxa de juros, mas sem sucesso. As medidas adotadas resultaram em recessão, desemprego, crise financeira, mais a fuga de capitais e desvalorização da moeda (KRUGMAN, 1999).

desenvolvimento relativamente autônoma. (BRENNER, 2003; CHESNAIS, 1998).

A crise no Leste Asiático atingiu diretamente a incipiente recuperação japonesa, pois a região tinha grande importância comercial e financeira para o Japão ao absorver parcela ponderável das exportações e IED japoneses. O Japão mergulhou novamente na recessão. A crise abriu, contudo, novas possibilidades para a China, que manteve um alto grau de autonomia na determinação de sua política econômica. A taxa nominal de câmbio em relação ao dólar não foi alterada e o impacto negativo decorrente da redução das exportações foi compensado por um programa de investimentos públicos, liderado por grandes empresas estatais, que continuam a ter um papel chave na economia chinesa, e voltado sobretudo para construção civil e para a infra-estrutura. O crescimento dirigido para o mercado interno passou a pesar mais a partir desse momento. Dadas as suas enormes dimensões, o mercado interno chinês, cada vez mais, poderá no futuro funcionar como um centro de gravidade para a economia regional e mundial. A China aprofundou o deslocamento de seus concorrentes asiáticos do mercado mundial, particularmente dos mercados japonês e norte-americano, aproveitando o boom da nova economia nos EUA para ampliar consideravelmente suas exportações de produtos relacionados à tecnologia da informação. Também se tornou em importador líquido para a Ásia, o que a fez assumir a posição de pólo de crescimento e estabilização da região, diminuindo as influências japonesas e norte-americanas sobre os países asiáticos (Medeiros, 2006). A China passou a ser um dos pilares de uma dinâmica econômica triangular, na qual era superavitária em relação aos EUA e deficitária em relação à Ásia. Mas naquele momento os EUA continuavam a ser o pilar central dessa dinâmica.

Embora as crises dos anos 1990, concentradas na periferia do sistema, tenham queimado expressivo volume de capital excedente, não resolveram o problema de sobreacumulação crônica e nem de excesso de capital fictício. A economia não entrou em colapso em virtude de outra bolha especulativa que se desenvolvia nos EUA com base na especulação com as ações das empresas de alta tecnologia na Nasdaq, que inflou ainda mais o crescimento do capital fictício, e pela continuidade do crescimento econômico dos EUA (com seus crescentes déficit externos), da China e da Índia. A bolha especulativa na Nasdaq contribuiu para que crise não atingisse com toda força o núcleo do sistema e para estancar a crise na Ásia ao estimular as exportações para os EUA.

Na segunda metade da década de 1990, o PIB dos EUA cresceu em média 4,1% ao ano. Esse crescimento foi sustentado, em parte, pelos pesados

investimentos das empresas de alta tecnologia, que vinham financiando suas inversões por meio de crescente endividamento e captação de recursos no mercado de capitais. A base dessa forma de financiamento era a elevação persistente dos preços das ações, apesar dos lucros terem caído 20% entre 1997 e 2000 e de expressiva capacidade ociosa na indústria<sup>17</sup>. Observava-se excessivo deslocamento dos preços das ações das condições de valorização do capital produtivo, o que estimulou a maquiagem e a fraude dos balanços das empresas. Outro fator que sustentou o crescimento da economia norte-americana foi o incremento do consumo, possibilitado pelo crédito fácil, pela taxa de juros baixa e pelo efeito riqueza decorrente da elevação dos preços das ações. O resultado foi o endividamento das famílias, que cresceu, apesar da piora na distribuição da renda<sup>18</sup>. A inflação foi contida graças às importações baratas da Ásia. O crescimento da economia norte-americana, nas últimas décadas, tem dependido, em boa medida, do incremento constante do endividamento, como pode ser visto pela tabela a seguir:

<sup>17</sup> A utilização capacidade da indústria no período situou-se em torno de 81% (FOSTER, J. B. e MAGDOF, F. 2009).

<sup>18</sup> O peso dos salários e ordenados como percentagem do PIB caiu durante quase todo o período de predomínio do neoliberalismo. Em 1970, os salários e ordenados representavam 53% do PIB. Em 2007, 46,5%. Entre 1995 e 2000, o salário médio real cresceu 1,9% ao ano, enquanto a produtividade do trabalho 5,1%. Ou seja, os salários subiram menos que o produto e a produtividade (BRENNER, 2006; FOSTER, J. B. e MAGDOF, F. 2009). Segundo Brenner (2008), “Os salários reais horários dos trabalhadores industriais e do pessoal que não exerce tarefas de supervisão, 80% da força de trabalho, permaneceram estagnados em torno dos níveis de 1979”. Ao mesmo tempo, verifica-se a precarização das condições de trabalho ao longo desse largo período.

**Table 1. Domestic debt\* and GDP (trillions of dollars)**

	GDP	Total debt	Debt by sector			
			Household	Financial firms	Non-financial business	Government (local, state, & federal)
1970	1.0	1.5	0.5	0.1	0.5	0.4
1980	2.7	4.5	1.4	0.6	1.5	1.1
1990	5.8	13.5	3.6	2.6	3.7	3.5
2000	9.8	26.3	7.0	8.1	6.6	4.6
2007	13.8	47.7	13.8	16.0	10.6	7.3

\* The federal part of local, state, and federal debt includes only that portion held by the public. The total debt in 2007 when the federal debt held by federal agencies is added is \$51.5 trillion.

Fonte: FOSTER, J. B. e MAGDOF, F., 2009, p. 9.

Enquanto a bolha especulativa com ações da nova economia envolvia as economias centrais e era reforçada pela atração dos capitais que fugiam da periferia em busca de um porto seguro. Outras regiões periféricas viviam as conseqüências da crise asiática. Rússia, Brasil e Argentina sucessivamente foram tragados pela crise entre 1998 e 1999. A fuga de capitais tornou a situação desses países insustentável, não mais conseguiam financiar os rombos em suas contas externas, até então cobertos, em parte, com capitais especulativos. As experiências das estratégias de estabilização inspiradas no Consenso de Washington tinham falido e o ônus pago pelas populações periféricas foi elevadíssimo.

Diante desse quadro, muitos países periféricos mudaram suas estratégias de desenvolvimento, buscaram alternativas as propostas neoliberais. Na América Latina, observou-se uma guinada para centro esquerda nos anos que se seguiram. Em graus variados, muitos governos romperam com os planos de estabilização e buscaram políticas alternativas às neoliberais. No Leste asiático, a crise levou, como na América Latina, a desvalorização das moedas e, depois de um forte ajuste recessivo, as economias da região passaram a recuperar-se, em grande medida, graças à expansão de suas exportações. A recuperação das economias em desenvolvimento da região e mais o dinamismo do comércio chinês resultaram, entre outros aspectos, no acúmulo acentuado de reservas. Os elevados superávits em transações correntes acarretaram um crescente acúmulo de reservas em dólares, sendo boa parte aplicada em títulos da dívida pública norte-americana<sup>19</sup>. O acúmulo de

reservas recicladas em dólares, em especial pela China, cujas reservas estão entre as maiores do mundo, passou a desempenhar, cada vez mais, papel da maior relevância para o equilíbrio da economia mundial, pois a aplicação desses recursos nos EUA tornou-se fundamental para a economia norte-americana sustentar seu duplo déficit (o externo e o fiscal) e para a própria sustentação do dólar. Nítido aprofundamento da simbiose entre as economias asiáticas e a norte-americana.

A bolha nos EUA estourou em fins de 2000, pois a valorização fictícia não conseguiu resistir por mais tempo “a atração gravitacional da queda dos lucros” nas empresas de alta tecnologia, que vinham caindo desde meados da década de 1990. A crise que se seguiu ao estouro da bolha ampliou a capacidade produtiva ociosa, que também tinha sido um dos elementos importantes da crise asiática. Em 1997, o nível de ocupação da capacidade produtiva da indústria norte-americana era de 82%. A utilização da capacidade caiu persistentemente a partir dessa data até 2007, quando atingiu 78%. (BRENNER, 2006, p. 122-124; FOSTER, J. B. e MAGDOF, 2009).

A crise se espalhou rapidamente e as perdas se generalizaram. A queda das bolsas no mundo todo levou a queima de bilhões de dólares, capital fictício, que tinham uma existência virtual. A retração da economia norte-americana afetou o conjunto da economia mundial. As economias do Japão e da Europa perderam o fôlego, e acentuaram suas trajetórias de baixo crescimento. Contudo, cabe observar que as economias em desenvolvimento da Ásia sofreram relativamente

<sup>19</sup> De maneira geral, observa-se um acúmulo de reservas no conjunto da periferia capitalista. Os países periféricos buscaram reduzir a vulnerabilidade externa, que tanto os tinha maltratado na instável

década de 1990, por meio de acúmulo de reservas. Em 1990, 30% das reservas mundiais estavam em poder desses países. Quinze anos mais tarde, esse número tinha saltado para 70%, montante superior ao das dívidas externas dos países em desenvolvimento (CINTRA, 2005).

pouco com a desaceleração nos EUA, continuaram na sua trajetória de alto desempenho. A razão disso parece residir sobretudo nas políticas econômicas adotadas pelos países da região, que reduziram significativamente as suas vulnerabilidades externas, na diminuição moderada do nível de atividade econômica nos EUA e a continuidade do crescimento chinês, baseado nas exportações e nos investimentos dirigidos para o mercado interno. A retração generalizada nas demais regiões rebatia nos EUA ao atingir negativamente suas exportações<sup>20</sup>.

À época, muitos analistas de mercado e economistas esperavam uma crise de amplas proporções, mas o estouro da bolha apenas abriu um período de desaceleração do crescimento, que durou até 2003. A partir desse ano, a economia mundial entrou em uma fase de intenso crescimento, comparável ao do período 1950-1973. Os temores de uma crise profunda e duradoura não se concretizaram, em parte, em virtude da pronta ação do governo dos EUA e do FED para evitar uma crise de grandes proporções e, em parte, devido a processos, até então pouco visíveis, que estavam tornando a dinâmica da economia mundial mais complexa. Ou seja, a China emergia como um dos pólos de crescimento da economia mundial.

A ação do FED foi abrangente e rápida. Os juros foram reduzidos e o crédito ampliado. Esperava-se com isso sustentar o consumo e estimular os investimentos, bloqueando dessa forma a crise. O governo Bush baixou um pacote fiscal que se baseava fundamentalmente em corte de impostos.

Esperava-se que um volume maior de dinheiro nas mãos dos consumidores estimulasse o consumo. Em seguida, o governo majorou os gastos militares, vinculados a guerra no Afeganistão e no Iraque, que subiram 6% em 2001 e 10% em 2002<sup>21</sup>. Em 2000, havia ocorrido um superávit público de 236 bilhões de dólares, que se transformou em um déficit de 450 bilhões em 2003. O governo dos EUA adotou uma política anticíclica tipicamente keynesiana (BERNNER 2006, p. 128-133).

No entanto, as medidas adotadas não surtiram o efeito esperado. A economia continuava

apresentando um desempenho sofrível. As empresas estavam endividadadas e sofriam com a acirrada concorrência externa e com altos níveis de capacidade ociosa, já presentes mesmo antes da crise estourar<sup>22</sup>.

Nestas circunstâncias, as empresas não tinham condições de retomar os investimentos, especialmente as da nova economia. As famílias também estavam endividadadas e, portanto, tinham uma capacidade limitada de incrementar o consumo. O pacote fiscal era tímido, pois previa isenções e devoluções fiscais da ordem de 35 bilhões de dólares para uma economia cujo PIB era de cerca de 11trilhões. O déficit público era insuficiente para impulsionar a retomada da atividade econômica (BRENNER, 2006).

A desaceleração foi detida e a economia readquiriu dinamismo a partir de meados de 2003, graças à formação de uma nova bolha especulativa com imóveis, que começou a inflar quando o FED, percebendo os efeitos limitados das reduções de juros de curto prazo, reduziu os juros de longo prazo. Os juros dos empréstimos hipotecários de 30 anos caíram, entre 2000 e 2003, 37% (de 8,29% para 5,23%) e continuaram a cair até recentemente. Com a queda dos juros das hipotecas, a demanda por imóveis se elevou acentuadamente e os preços dos imóveis residências que vinham aumentando desde 1995. Os preços dos imóveis subiram em média 7% ao ano entre 2000 e 2003 e esta tendência manifestou-se até meados de 2006, quando começaram a cair de maneira persistente. Apesar da queda do emprego, dos salários e da atividade econômica, a redução dos juros e o aumento do valor das garantias dos empréstimos (o valor dos imóveis) abriram a possibilidade de expandir ainda mais o endividamento das famílias, que já era elevado. Cerca de 85% dos empréstimos realizados pelas famílias, nesse período, foram empréstimos hipotecários para a aquisição da casa própria (BRENNER, 2006, p. 128-130; BORÇA JR. e TORRES FILFO, 2008).

A valorização dos imóveis permitiu as famílias obterem novos financiamentos e recursos por meio de vendas das casas, de refinanciamento de hipotecas e de segundas hipotecas e isso possibilitou o forte incremento do consumo, que passou a puxar o crescimento da economia. Mas esse aumento sustentava-se fundamentalmente em crescente endividamento<sup>23</sup>. Enquanto o setor

<sup>20</sup> A zona do Euro cresceu em média, entre 2001 e 2003, 1,2% ao ano. O PIB real japonês cresceu em média no mesmo período 1,15% ao ano. Os países em desenvolvimento da Ásia sofreram uma suave desaceleração. O crescimento médio anual do PIB real foi de cerca de 7%. A China manteve suas elevadas taxas de crescimento. Esses dados sugerem relativo deslocamento das economias dos países em desenvolvimento da Ásia em relação ao desempenho da economia norte-americana já naquela época, embora não tenha ocorrido propriamente uma recessão nos EUA, mas sim uma desaceleração no crescimento. O caso da América Latina foi distinto. A região apresentou uma retração considerável no período. O crescimento médio anual PIB da região foi de 0,13%. (CEPAL, 2005, p. 85; FMI, 2006, p. 209-216).

<sup>21</sup> “O crescimento das despesas militares foi responsável por um aumento total de, no máximo, 0,75% do PIB em 2001 e 2002” (BRENNER, 2006, p. 131).

<sup>22</sup> Em 2002, a margem de capacidade ociosa na indústria manufatureira norte-americana era de cerca de 30%, sendo que nos setores produtores de semicondutores e de componentes eletrônicos era de 35% e no setor de telecomunicações 50%. Essas margens de capacidade ociosa obstavam a retomada dos investimentos do setor industrial, particularmente nos ramos de alta tecnologia, os mais dinâmicos da economia dos EUA (BRENNER, 2003).

<sup>23</sup> Ver dados nota 19.

industrial permanecia mergulhado na crise, a economia se recuperava com base na expansão do consumo, da construção civil, do setor de serviços, do comércio e do setor financeiro<sup>24</sup>. Essa forma de recuperação se alimentava da febril especulação imobiliária, que acabaria envolvendo o sistema financeiro global. (BRENNER, 2006).

A retomada do crescimento dos EUA<sup>25</sup>, acompanhada de déficits comerciais cada vez maiores, que chegaram a 6,2% do PIB em 2006, beneficiou o conjunto da economia mundial, mas sobretudo os países asiáticos. Parte do crescimento mundial no período deveu-se aos efeitos do avanço da economia chinesa, em especial no que diz respeito ao consumo de commodities. A forte expansão criou as condições para o início de uma bolha especulativa com commodities, cujos preços dispararam. O auge da economia mundial se sustentava na forte expansão econômica, em especial dos países em desenvolvimento e não apenas da China, e nos movimentos especulativos de alcance global com imóveis e commodities. Essas bolhas especulativas, que levaram a valorização do capital fictício às alturas, deslocando-a cada vez mais das condições materiais de valorização, mais cedo ou mais tarde, se romperiam. O próprio movimento de expansão preparou o terreno para a crise, que estourou em 2007 e vem gradativamente se aprofundando, envolvendo o conjunto da economia mundial.

O centro do processo expansivo e da crise continua sendo a economia norte-americana. Seus graves desequilíbrios, particularmente nas contas externas, potencializam tanto a expansão quanto a retração. Os EUA só puderam aumentar sistematicamente seu déficit em transações correntes porque o resto do mundo, em especial os países asiáticos, está disposto a financiá-los<sup>26</sup>. Fazem isso devido os seus próprios interesses de ampliar suas exportações, o que implica sustentar o excesso de consumo dos norte-americanos, e a falta de opção em manter suas reservas em outra forma que não em ativos em dólar, dado não existir ainda outra moeda de livre curso internacional e dado também o fato do ouro ter sido desmonetizado. Ao adotarem essa política, contribuem, de um lado, para manter suas moedas desvalorizadas e, de outro, estabilizam a economia norte-americana<sup>27</sup>,

permitindo aos EUA adotar políticas expansionistas, que contribuem para impulsionar a economia norte-americana e, portanto, suas próprias exportações e produção. Dessa forma, observa-se uma espécie de simbiose entre a as economias asiáticas e a norte-americana<sup>28</sup>. (BELLUZZO, 2005; BIANCARELLI, 2006; BRENNER, 2006).

É essa forma de articulação que a crise atual coloca em questão e abre novas possibilidades de reconfiguração da economia mundial e de expansão do capitalismo. Um dos resultados possíveis da crise seria o deslocamento do centro do capitalismo para a Ásia, em particular para a China. Isto, porém, não significa que a China esteja imune a crise, apesar de seu enorme mercado interno e do peso e controle que o Estado tem sobre a sua economia. O Estado tem anunciado medidas voltadas para incentivar o consumo e os investimentos. Mas não está clara, até o momento, a eficácia dessas medidas. O considerável peso das atividades vinculadas às exportações torna a China relativamente vulnerável à crise mundial. A redução das exportações, que pode desencadear um processo cumulativo de redução da produção, do emprego e dos investimentos, vai acentuar um quadro de excesso de capacidade produtiva, bloqueando novos investimentos com efeitos deletérios sobre o conjunto da economia, que podem não ser compensados pelas medidas anticíclicas adotadas pelo governo, contribuindo para configurar uma ampliação da situação de superprodução não só na China, mas em escala mundial. A redução do ritmo de crescimento econômico chinês poderá agravar os problemas sociais do país e retardar uma retomada da economia mundial. Mas as respostas a crise e os caminhos que serão trilhados não estão previamente determinados. A história é um campo de possibilidades condicionado pelas heranças do passado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1929, a crise e a depressão que se seguiu abalaram o capital financeiro, que vinha se agigantando desde o final do século XIX, e contribuíram para a eclosão da II Guerra. Criaram as condições para a retomada do processo de acumulação em novas bases no pós-guerra. Fundadas no capital produtivo, no Estado do Bem Estar social no centro do sistema e no

<sup>24</sup> Segundo Brenner (2006, p. 130), a contribuição do consumo pessoal, entre janeiro de 2001 e maio de 2003, para um crescimento do PIB de 5,05% foi de 5,84%, enquanto os investimentos e as exportações líquidas de bens e serviços contribuíam com - 3,36% e as despesas públicas federais e estaduais com 2,29%.

<sup>25</sup> O PIB real dos EUA cresceu 2,5% em 2003, 3,6% em 2004, 3,1% em 2005, 2,9% em 2006 e 1,9% em 2007 (FMI, 2008).

<sup>26</sup> A China, hoje, é a maior detentora de títulos públicos norte-americanos, cerca de 1 trilhão de dólares.

<sup>27</sup> Os relativamente baixos preços das importações norte-americanas contribuem para impedir a elevação da inflação e, portanto, possibilitam a política de juros baixos e expansão do crédito e do gasto público.

Fundamental para o crescimento econômico, sustentado, em grande parte, em de bolhas especulativas.

<sup>28</sup> Esta espécie de simbiose entre as economias do Leste Asiático e os EUA se sustenta em bases frágeis, pois ao aumentar o fosso entre as importações e exportações e solapar o setor industrial norte-americano corroeria a capacidade dos EUA de pagar suas dívidas, com efeitos deletérios para a economia norte-americana e para o resto da economia mundial (Belluzzo, 2005; Biancarelli, 2006; Brenner, 2006).

desenvolvimentismo na periferia. Hoje, parece que estamos diante de uma crise que recoloca a possibilidade de reestruturação do capitalismo. Mas os caminhos dessa reestruturação ainda são incertos.

A crise aberta em 2007 abre a possibilidade de romper com a simbiose entre os dois pólos do capitalismo, até agora fortemente integrados sob o predomínio dos EUA. As finanças norte-americanas estão no epicentro da crise e podem dela sair bastante enfraquecidas, sem condições de manter sua hegemonia. A nova fronteira da acumulação, centrada na China, pode ganhar mais autonomia. A China, que passa por uma transição para o capitalismo, pode superar a crise redirecionando sua economia para o mercado interno, no que seria seguida por vários outros países. O deslocamento do centro do capitalismo para a Ásia, como defende Arrighi (1996), poderá se acentuar.

Mas a China, ou qualquer outro país da região, não parece ter condições de firmar-se, em curto prazo, como novo centro hegemônico, pois isso não depende apenas da força de gravitação da economia, mas passa também pela liderança política, ideológica e militar. O modelo chinês não parece entusiasmar as massas oprimidas do mundo e nem responder a crise ecológica que se agiganta, tornando-se um problema de primeira grandeza para a humanidade. Pelo contrário, se baseia em um modelo de industrialização destrutivo do meio ambiente. Dessa forma, uma das possibilidades que se colocam é de caminharmos, como sugere Hervey (2009), para um mundo multipolar, onde talvez se abram novas possibilidades de desenvolvimento para o conjunto da periferia capitalista. A barbárie, na qual parte da população mundial já vive, é uma possibilidade bastante palpável. O socialismo parece, hoje, algo distante, não tanto pela falta das condições objetivas, mas muito mais pela questão das forças sociais com capacidade de sustentar essa opção. Essas questões estão em aberto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Campus. - (1996)

BASUALDO, E. M. e ARCEO, E. orgs.. *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. 360p. ISBN: 987-1183-56-9

BELLUZZO, L. G. M. “O dólar e os desequilíbrios globais”. In: Revista de Economia Política. São Paulo: V.25, n. 3, jul-set. (2005)

\_\_\_\_\_. É capitalismo estúpido. In: *Carta Capital*, 22/08/2007, p.26-27. (2007)

BIANCARELI, A. M. Países emergentes e ciclos internacionais. In: *Política econômica em foco*. N. 7 nov.2005/abr.2006. Campinas:IE-UNICAMP. [www.eco.unicamp.br](http://www.eco.unicamp.br)

BLACKBURN, R. La crisis de las hipotecas subprime. In: *New left review* (Edição em língua espanhola). Madrid, mai.jun. 2008.

BORÇA JR. G. R. e TORRES FILHO, E. T. “Analisando a crise *subprime*”. In: Revista do BNDES. Rio de Janeiro, nº 30, dez. 2008.

BRENNER, R. *O Boom e a bolha*. Os Estados Unidos na economia Mundial. Rio de Janeiro: Record. 2003.

\_\_\_\_\_. Novo boom ou nova bolha? A trajetória da economia norte-americana. In: SADER, E. (org.) – *Contragolpes*. São Paulo: Boitempo. (2006)

\_\_\_\_\_. *O princípio de uma crise devastadora*. (2008) . [\(06/02/09\)](http://www.vermelho.org.br).

CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: EDUNESP, 2000. p. 582.

CARNEIRO, R. Desenvolvimento em crise. A economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: EDUNESP/EU-UNICAMP. 2002.

\_\_\_\_\_. Globalização e integração periférica. Textos para Discussão –IE/UNICAMP/126 (julho). 2007. p. 2-45. [www.eco.unicamp.br/publicacoes/texto\\_dese.html](http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/texto_dese.html) (16/08/2007).

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã. 1996.

\_\_\_\_\_. Rumo a uma mudança total dos parâmetros econômicos mundiais dos enfrentamentos políticos e sociais. *Outubro*, São Paulo, nº 1, p. 7 – 32, maio. (1998)

\_\_\_\_\_. *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã. (1998)

\_\_\_\_\_. (org.) *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo. (2005) -

\_\_\_\_\_. Até onde irá a crise financeira. In: *Le Monde Diplomatique*. (2007) [www.uol.com.br](http://www.uol.com.br) (consulta em 13/11/2007).

CINTRA, M. A M. “A exuberante liquidez global”. In: Economia Política Global: análise estratégica. Campinas: IE-UNICAMP, n.5, abr./jun.. 2005. [www.eco.unicamp.br](http://www.eco.unicamp.br)

CORSI, F. L. “Economia do capitalismo global: um balanço crítico do período recente”. In: ALVES, G.; GONZALEZ, J L; BATISTA, R L (orgs.) – Trabalho e educação. Contradição do capitalismo global. Maringá: Praxis. 2006.

\_\_\_\_\_. A Economia mundial no período recente. In: Corsi, F. L.; Camargo, J. M.; Pires, M. C. E Vieira, R. L. (orgs.) – *Economia, sociedade e relações internacionais*. Perspectivas do capitalismo global. Londrina: Práxis. 2007a.

\_\_\_\_\_. Bolhas especulativas e a economia brasileira. In: Corsi, F. L.; Alves, G. A ; Camargo, José M. e Vieira, R. L. (orgs.). – *Dilemas da globalização*. O Brasil e a mundialização do capital. Londrina: Práxis. 2007b.

\_\_\_\_\_. Capitalismo global; crise, bolhas especulativas e periferia. In: Tumolo, P. S. e Batista, R. L. – *Trabalho, economia e educação: perspectivas do capitalismo global*. Londrina: Praxis/Massoni, 2008.

COSTA, Antonio L M. C. A bolsa pede piedade. In: *Carta Capital*. 22/08/2007, p. 18-21. DOWBOR, L. A crise financeira sem mistérios. In: *Le Monde Diplomatique*, jan. 2009. [www.diplo.uol.com.br](http://www.diplo.uol.com.br) (11/02/09).

FIORI, J. L. (org.). *O mito do colapso americano*. São Paulo: valor Econômico, 08/10/2008. 1999. p. A17.

FOSTER, J. B. e MAGDOF, F. Financial implosion and stagnation. Back to the real economy. In: *Monthly Review*. New York, dez. (2008). [www.monthlyreview.org](http://www.monthlyreview.org), (14/02/09).

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *Perspectivas de la economía mundial. 2007-2009*. [www.imf.org](http://www.imf.org)

GONÇALVES, R. *O vagão descarrilado: o Brasil e o futuro da economia global*. Rio de Janeiro: Record. 2002.

HARVEY, D. Resgatar o capitalismo dos capitalistas e de sua ideologia falsária. In: Agência Carta Maior (19/02/09).

KRUGMAN, P. *Uma nova recessão? O que deu errado*. Rio de Janeiro: Campus. 1999.

LEIVA, O C. Estados Unidos y China: locomotoras en la recuperación y las crisis cíclicas de la economía mundial. In: REYNO, J. E. (org.) *La economía mundial y América Latina*. Tendencias, problemas e desafios. Buenos Aires: CLCS. 2005.

MEDEIROS, C. A. A economia política da internacionalização sob a liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China. In: FIORI, J. L. (org.) *O poder americano*. Petrópolis: Vozes. 2004.

\_\_\_\_\_. A china como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. In: *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 2, nº 3, julho-setembro de 2006.

PALMA, G. Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina. In: FIORI, J. L. (org.) - *O poder americano*. Petrópolis: Vozes. 2004.

POLLIN, R. La resurrección Del rentista”. In: *New Left Review*. Madrid, nº 46, set/out. 2007. (versão em espanhol).

REYNO, J. E. (org.) *La economía mundial y América Latina*. Tendencias, problemas e desafios. Buenos Aires: CLCS. 2005.

SINGER, P. *O Brasil na crise*. São Paulo: Contexto. 1999.

SINGH, A *El contexto mundial y la perspectiva regionales para América Latina y Caribe*. 2005.

FMI, [www.imf.org](http://www.imf.org)

WALKER, R. e BUCK, D. La vía China. In: *New Left Review*. Madrid, nº 46, set/out. 2007. (Versão em espanhol).

<sup>i</sup> O presente artigo foi publicado no livro *La precarización Del trabajo em América latina: perspectivas Del capitalismo global*. Editora Práxis, 2009. Foi gentilmente cedido pelo autor para publicação na Revista Aurora.

<sup>ii</sup> Professor doutor de Economia da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP – Campus de Marília (SP) - Brasil. Possui vários livros e artigos publicados sobre o tema de histórica econômica e desenvolvimento capitalista. É líder do Grupo de Pesquisa “Estudos da Globalização” – linha de pesquisa Economia Política da Globalização. E-mail: [flcorsi@uol.com.br](mailto:flcorsi@uol.com.br)